



Tribunal Comunitário avalia queixa sobre desvio de fundos para Lisboa

# Rui Rio aguarda decisão

**Rui Rio disse ontem valorizar apenas a decisão do Tribunal de Justiça das Comunidades sobre o desvio de fundos para Lisboa.**

O presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Rui Rio, desvalorizou ontem a resposta de Bruxelas à queixa sobre desvio de fundos comunitários para Lisboa, considerando que **“o mais relevante”** é o processo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

**“Para nós, o mais relevante é o Tribunal das Comunidades. Se tivéssemos a Comissão Europeia (CE) com um critério mais seletivo, era melhor. Mas isto não tem grande efeito. É uma opinião. É como quando o Ministério Público acompanha ou não uma acusação. Aqui será a CE a dizer que não acompanha a acusação”**, observou o autarca, em declarações ao Fórum da TSE.

Rui Rio comentava, assim, a resposta da CE a uma queixa da JMP, que considera legal que o Governo desvie fundos da região Norte para Lisboa.

Numa carta que a Direcção-Geral de Política Regional da CE vai enviar ao presidente da JMP esta semana – e à qual a eurodeputada do PSD, Graça Carvalho, teve acesso –, Bruxelas explica ter



**Rui Rio.** Presidente da JMP vai receber esta semana carta de Bruxelas

autorizado o desvio de fundos comunitários das três regiões mais pobres (Norte, Centro e Alentejo) para a capital.

A eurodeputada explicou, por escrito, que teve conhecimento **“que a CE se prepara para responder à queixa apresentada pelo Rui Rio no final de esta semana”** e que **“a resposta declara, essencialmente, que o efeito de difusão tem bases jurídicas e legais e que se pode aplicar”**.

Neste contexto, Graça Carvalho considera que é preciso **“exigir que se avalie o efeito de difusão caso a**

**caso e que se demonstre, de forma clara e com números, que o efeito de difusão é direto”**.

Rio admite até concordar com a posição de Bruxelas, desde que a CE não considere que apenas os investimentos feitos em Lisboa têm um efeito difusor para todo o País.

**“Se a Comissão enviar uma carta a dizer que defende o princípio de que os investimentos feitos numa determinada região do País podem ter influência no País todo, eu concordo. Se disser que o investimento tem de ser fei-**

**to, necessariamente, na capital, já não concordo”**, frisou.

O autarca concorda com a necessidade, defendida por Graça Carvalho, de Bruxelas estar mais atenta ao efeito difusor dos investimentos, mas admite as dificuldades inerentes ao processo.

A deslocação de fundos é feita ao abrigo de uma exceção do QREN, negociada pelo Governo com a Comissão Europeia, há três anos, mas a JMP não concorda com a transferência de fundos comunitários atribuídos a regiões de convergência para a região de Lisboa.